

"EU FISCALIZO OBRAS E OUÇO CANTADAS"



FISENGE lança
campanha contra a
cultura do estropo

PÁGINA 4

PM MATA CINCO PESSOAS POR DIA

ONU e Anistia Internacional denunciam violência policial, que mata negros e pobres no Brasil. Pág. 3

Marcelo Camargo - Agência Brasil



MULHERES

Com presença de Dilma, junho é
marcado por manifestações

PÁG. 5



POLÍTICA

Temer é criticado por
reajuste dos servidores

PÁG. 7

COMUNICAÇÃO

A polêmica no limite
da banda larga

PÁG. 6

A VERDADE COMEÇA A APARECER

Passados já quase dois meses do afastamento da presidente Dilma Rousseff, algumas verdades começam a vir à tona. A mais importante é que a acusação central para seu pedido de afastamento, ou seja, as tais pedaladas fiscais, não teve a sua participação, trabalho feito por peritos independentes. Então o processo de impeachment foi uma montagem, um casuismo do começo ao fim onde já existia por antecipação a vontade de afastá-la de qualquer maneira, e o pretexto poderia ser qualquer um desde que pudesse ser exibido como peça acusatória. Pelo visto nem isto passa a ter sustentação aqui para frente.

No entanto, não significa que a reversão do processo de afastamento seja fácil de ser feito. Simplesmente porque se trata de um “julgamento” político, uma manobra no campo regimental para afastá-la como já havíamos analisado antes, e por tudo isto se tratava de um golpe sem tirar nem pôr.

As forças políticas mais conservadoras foram ganhando terreno dentro dos chamados “governos de coalizão” e montaram esta pantomima de impeachment. Enquanto isto o governo Temer, com aprovação de somente 13% da população, anuncia medidas contra os direitos dos trabalhadores, como é o caso das reformas trabalhista e da previdência.

Um novo reagrupamento das forças progressistas se faz necessário para impedir os retrocessos anunciados.

Um golpe na sociedade brasileira

CLOVIS NASCIMENTO*

Estamos vivendo um dos momentos mais difíceis da nossa História. Acabamos de assistir a um triste e lamentável golpe na nossa ainda tênue democracia. Ao afastar uma presidenta eleita com 54 milhões de votos, a direita brasileira, juntamente com a oligarquia midiática, mostrou ao mundo o quão frágeis são a nossa democracia e as nossas instituições públicas.

O povo brasileiro ainda não se deu conta do que realmente está em jogo nesse golpe. No campo internacional, certamente, perdemos o pré-sal e os BRICs [bloco econômico composto por Brasil, Rússia, Índia e China], além de toda a articulação para os projetos de desenvolvimento da América Latina. Um informe público do FMI (Fundo Monetário Internacional) aponta a perda de hegemonia dos EUA na economia global e o avanço dos BRICs. De acordo com os dados, pela primeira vez, a China ultrapassa os EUA e aparece em primeiro lugar, acumulando pouco mais de 20 trilhões*. O fortalecimento dos BRICs é fundamental para a ampliação dos investimentos em infraestrutura no país. Percebemos que outras potências começam a surgir no ranking econômico mundial.

As conquistas dos trabalhadores no campo

social sofrerão retrocesso. Os programas sociais como o “Minha Casa, Minha Vida” e o “Bolsa Família” serão reduzidos ao mínimo. Na área de saúde, o “Mais Médicos” será extinto. O fim de programas de distribuição de renda poderá produzir um efeito cascata na economia. Isso porque irá reduzir o mercado, diminuir o consumo e desestimular o comércio local.

A economia precisa de mudanças profundas, como a diminuição urgente da taxa de juros, uma auditoria cidadã da dívida pública, investimento em infraestrutura e o fortalecimento da política de alianças na América Latina. Por outro lado, para a garantia da soberania nacional, é essencial o estímulo à produção tecnológica e à engenharia brasileira.

Cerraremos fileiras com aqueles que lutarão para derrubar esse governo golpista e ilegítimo. A força de um povo é medida pela sua capacidade de resistência e luta e seguiremos nas ruas fortalecendo o grito uníssono de: Fora Temer!

As conquistas dos trabalhadores no campo social sofrerão retrocesso. Os programas sociais como o “Minha Casa, Minha Vida” e o “Bolsa Família” serão reduzidos ao mínimo. Na área de saúde, o “Mais Médicos” será extinto. O fim de programas de distribuição de renda poderá produzir um efeito cascata na economia.



social sofrerão retrocesso. Os programas sociais como o “Minha Casa, Minha Vida” e o “Bolsa Família” serão reduzidos ao mínimo. Na área de saúde, o “Mais Médicos” será extinto. O fim de programas de distribuição de renda poderá produzir um efeito cascata na economia. Isso porque irá reduzir o mercado, diminuir o consumo e desestimular o comércio local.

*Utilizando o critério PPP - Paridade de Poder de Compra (em inglês, *Purchasing Power Parity*)

*Clovis Nascimento é engenheiro civil e sanitário e presidente da Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros (Fisenge)



SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 277 - grupos 801 - 8º and. e 1.703 - 17º and.
Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20040-009
Tel: (0 XX 21) 3505-0707 Endereço: www.sengerj.org.br
Correio eletrônico: secretaria@sengerj2.org.br
comunicacao@sengerj2.org.br

PRESIDENTE
Olimpio Alves dos Santos

DIRETORIA COLEGIADA
Adalberto Garcia Junior, Agamenon Rodrigues E. Oliveira, Carlos Alberto da Cruz, Clayton Guimaraes do Vabo, Clovis Francisco do Nascimento Filho, Eduardo Ramos Duarte, Fernando de Carvalho Turino, Flávio Ribeiro Ramos, Gunter de Moura Angelkorte, Herminio de Aguiar Caldeira, Jorge Antônio da Silva, Jorge Mendes Vieira de Carvalho, Jorge Saraiva da Rocha, Julio César Arruda de Carvalho, Luiz Antônio Cosenza, Marco Antônio Barbosa, Maria Virginia Martins Brandão, Miguel Santos Leite Sampaio, Nei Rodrigues Bezerra, Paulo Cesar Nayfeld Granja, Roberto Ricardo de Araújo Góes, Vera Bacelar Cantanhede de Sá e Victor Marchesini Ferreira.

CONSELHO EDITORIAL
Agamenon Rodrigues E. Oliveira, Gunter de Moura Angelkorte, Jorge Saraiva da Rocha e Miguel Santos Leite Sampaio

CONSELHO FISCAL
Titulares: José Stelberto Porto Soares, Paulo Cesar Quintanilha e Sônia da Costa Rodrigues
Suplentes: Antonio Carlos Alvares Grillo, Euler João Geraldo da Silva e Rogério Antônio da Silva Matos

JORNAL DO ENGENHEIRO

Editora e jornalista responsável:
Katarine Flor (Reg. Prof. 312821)
Repórter: Marcelle Pacheco
Estagiária: Fernanda Ramos
Diagramação: Leonardo Santos
Revisão: NPC
E-mail: imprensa@sengerj.org.br
Tiragem: 2.500 exemplares
Periodicidade: Mensal
Impressão: Folha Dirigida

Polícia mata cinco pessoas por dia

Zasociscus c

Relatórios da ONU e da Anistia Internacional denunciam arbitrariedades policiais, que atingem principalmente a juventude negra das periferias

A polícia brasileira matou 2 mil pessoas em 2015, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU). A entidade estima que 5 pessoas são mortas por dia pelas mãos do Estado, e a maioria é negra. A denúncia foi feita em março de 2016 pelo Alto Comissário da ONU para Direitos Humanos, Zeid Bin Hussein. Para a Anistia Internacional, a situação tende a se agravar com a proximidade dos Jogos Olímpicos, que acontecerão na cidade do Rio a partir de agosto. “Grandes eventos desportivos internacionais podem e frequentemente exacerbam violações de direitos humanos já existentes. No Rio de Janeiro, a violência letal, remoções forçadas e impedimentos à liberdade de expressão e manifestação são alguns dos riscos aos direitos”, considera.

A Anistia Internacional avalia que o alto índice de assassinatos no país tem relação com a própria existência da Polícia Militar. “A Polícia Militar tem usado a força de forma desnecessária excessiva e arbitrária, desrespeitando normas e protocolos internacionais sobre o uso da força e armas de fogo, resultando em diversas violações dos direitos humanos e em um número elevado de vítimas fatais, que são em sua maioria homens jovens e negros.” No ano passado, o grupo lançou o relatório “Você matou meu filho! - Homicídios cometidos pela Polícia Militar no Rio de Janeiro”. O documento revela que, nos últimos cinco anos, cerca de 16% dos homicídios registrados na cidade do Rio foram decorrentes de intervenção policial. Foram 220 registros desse tipo de crime entre 2011 e abril de 2015, e até aquele momento mais de 80% dos casos permaneciam com a investigação em aberto. Além disso, a pesquisa mostra que a impunidade leva os policiais militares a usarem este registro administrativo como forma de encobrir a prática de execuções extrajudiciais.

No dia 12 de maio de 2016, o tenente-coronel Luciano Carvalho de Souza,



Para Anistia Internacional, alto índice de assassinatos tem relação com a própria existência da PM, que usa força de forma excessiva e arbitrária



integrante da equipe de segurança do Estado do Rio de Janeiro, revelou que as forças armadas estudam a possibilidade de ocupar seis favelas durante os Jogos Olímpicos. A medida teria como objetivo proteger as vias por onde passarão turistas, autoridades e delegações de atletas. A informação foi negada depois pela assessoria da secretaria de segurança do Estado do Rio, mas os moradores seguem apreensivos de que a ameaça se concretize.

GENOCÍDIO DO POVO NEGRO

Das 644 pessoas mortas em confrontos com a polícia no estado do Rio em 2015, 497 eram negras ou pardas, o

que corresponde a 77,2% do total das mortes. O dado foi divulgado em fevereiro desse ano pelo Instituto de Segurança Pública (ISP), subordinado à Secretaria de Segurança do Rio. Olímpio dos Santos, presidente do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (SENGE-RJ), avalia que a sociedade tem naturalizado essa situação. “Milhares de jovens da periferia morrem todo ano, e a maioria é negra. Mas ninguém se incomoda com isso, muito menos a justiça”, pontua. Para o engenheiro, o judiciário brasileiro é profundamente elitista e parcial, e atua em defesa dos interesses de uma minoria.

Segundo a Anistia Internacional,

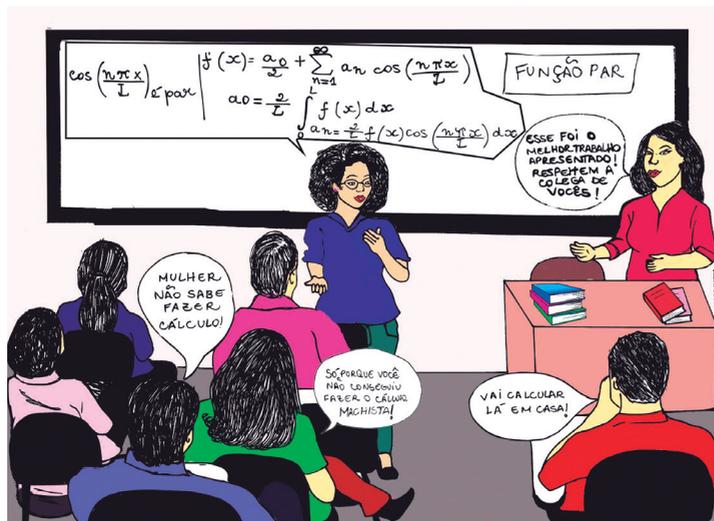


a mídia exerce um papel fundamental na naturalização do genocídio do povo negro nas periferias. “É como se a morte fosse o destino desses jovens. A mídia em geral reflete este ‘desinteresse’ e muitas vezes reforça estereótipos que vão na contramão de um pensamento crítico em relação à violência letal em periferias e favelas.” A entidade avalia também que o homicídio é a violação derradeira de uma série de abusos com os quais a juventude negra e periférica está sujeita diariamente. “O jovem negro e morador de favela está vulnerável a uma série de violações de direitos fundamentais como o direito à educação, ao lazer, a uma moradia digna.”

ENGENHEIRAS LANÇAM CAMPANHA DE COMBATE À CULTURA DO ESTUPRO

Fonte: Fisenge

No dia 20 de junho, o Coletivo de Mulheres da Fisenge lançou uma campanha de combate à cultura do estupro. Ao todo, são cinco ilustrações, que retratam cenas cotidianas da vida das mulheres. A expressão “cultura do estupro” repercutiu nas ruas e nas redes, principalmente após o caso de estupro de uma menina de 16 anos, no Rio de Janeiro. Segundo a ONU Mulheres, cultura do estupro é “o termo usado para abordar as maneiras em que a sociedade culpa as vítimas de assédio sexual e normaliza o comportamento sexual violento dos homens. Ou seja: quando, em uma sociedade, a vio-



lência sexual é normalizada por meio da culpabilização da vítima, isso significa que existe uma cultura do estupro”. De acordo com a engenheira e diretora da mulher da Fisenge, Simone Baía, a campanha tem o objetivo de representar formas de manifestação da cultura do estupro em diversos espaços. “Além

de denunciar a cultura do estupro, tivemos o cuidado de realçar o protagonismo feminino e a capacidade de solidariedade entre nós, mulheres”, afirmou Simone.

De acordo com dados do 9º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, a cada 11 minutos, uma mulher sofre violência sexual no Brasil. Em-

bora os dados sejam alarmantes, ainda há o enfrentamento da subnotificação, uma vez que as mulheres temem a denúncia pela cultura do estupro, que culpabiliza a vítima, protege o agressor e normaliza a tese de que os corpos femininos são públicos. “Precisamos romper os silenciamentos, manter a mobilização nas ruas e com-

bater todos os dias as piadas e os assédios. Por isso, a atuação em rede é fundamental entre nós, sempre com empatia e solidariedade na organização coletiva”, destacou Simone. As peças são de autoria da ilustradora Teenage Micha e representam situações no transporte público, na rua, no trabalho, na universidade e no lar.



art 27

GARANTIA PARA O ENGENHEIRO E A SOCIEDADE

Engenheiro, ao preencher a sua Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) no campo referente ao Código de Entidade

de Classe, anote o número 27. Desta forma, você estará repassando 10% de sua ART para o Sindicato dos Engenhei-

ros e estará contribuindo para que o Senge fortaleça a luta em defesa dos engenheiros e da engenharia nacional. Aces-

se a página eletrônica do sindicato (www.sengerj.org.br) e conheça um pouco mais a sua entidade representativa.

Junho de lutas pelos direitos das mulheres

Mês é marcado por manifestações contra a cultura do estupro e em defesa da democracia



Dilma Rousseff, durante ato Marcha das Mulheres Pela Democracia, no Rio de Janeiro

Milhares de mulheres foram às ruas no mês de junho para se manifestar contra a cultura do estupro e em defesa da democracia. No dia 1º, mais de 5 mil manifestantes fecharam uma via da Avenida Presidente Vargas, no centro do Rio de Janeiro, em marcha da Candelária até a Central do Brasil. Outros 15 estados também tiveram atos sobre o tema, em cerca de 50 cidades.

No Brasil, uma mulher é estuprada a cada 11 minutos, segundo o 9º Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, divulgado em 2015. Mas os dados oficiais são muito inferiores ao número total de casos de violência sexual. A Pesquisa Nacional de Vitimização (2013) verificou que, no Brasil, somente 7,5% das vítimas de violência sexual registram o crime na delegacia. Já o IPEA estimou que 10% dos casos sejam notificados. O dado faz parte da nota técnica “Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da Saúde”, divulgado em 2014. Em nota, a Fisenge avalia que a subnotificação desse tipo de crime ocorre porque as mulheres têm medo e vergonha de denunciar. “Alguns dos fatores para a subnotificação são a violência institucional dentro das delegacias e a condenação das vítimas”, justifica.

CULTURA DO ESTUPRO

A Fisenge também se posicionou contra a cultura do estupro, amplamente denunciada no ato do dia 1º em faixas, cartazes e palavras de ordem das manifestantes. “A cultura do estupro se manifesta em violências físicas e simbólicas, como a naturalização de tais práticas”, afirma a entidade. O questionamento e os ataques à vida pessoal

das vítimas, assim como a proteção dos agressores, são alguns reflexos dessa cultura, conforme explica a Fisenge.

Para Ana Beatriz Sacramento, estudante de jornalismo da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), a cultura do estupro é ainda mais violenta em relação às mulheres negras. “Temos 3 vezes mais possibilidade de ser esturpadas dos 19 aos 24 anos justamente pela hipersexualização da nossa imagem na sociedade, na televisão, com personagens como a Globeleza.” Ana é militante do movimento feminista “Me avisa quando chegar”, criado para organizar as estudantes da Rural contra os casos recorrentes de estupro que ocorrem dentro da universidade.

A presidenta eleita Dilma Rousseff (PT) também se manifestou contra a cultura do estupro, durante seu discurso na Marcha das Mulheres pela Democracia. Dilma foi recebida por cerca de 20 mil pessoas no centro do Rio no dia 2 de junho. Ela criticou a escolha da nova Secretária de Mulheres, Fátima Pelaes (PMDB), que é contra o aborto legal, mesmo em casos de estupro. Hoje, as vítimas de estupros tem o direito de ser atendidas pelo SUS para interromper a gravidez, independente de registro policial, graças à Portaria 415 de 2014 do Ministério da Saúde. “Essa foi uma conquista ainda pequena das mulheres, mas foi uma conquista. Um agente público, homem ou mulher, não pode achar que as suas convicções pessoais se sobrepõem à lei.”

MULHERES NA LUTA CONTRA O RETROCESSO

Dilma caracterizou o último mês, desde o início do governo interino de Michel Temer (PMDB), como

assustador. “Eu jamais pensei que assistiria alguém ameaçando o Bolsa Família, questionando todas as conquistas na área da educação e na área da saúde”, comentou.

No dia 12 de maio, o Senado notificou oficialmente o então vice-presidente Michel Temer a respeito do afastamento da presidenta eleita por 180 dias ou até a conclusão do julgamento pela Casa. Pouco tempo depois, o governo já mostrou a que veio, extinguindo o Ministério da Cultura, fundindo o Ministério das Comunicações e o Ministério da Ciência e Tecnologia e exonerando o diretor-presidente da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), Ricardo Melo. Além disso, Temer também declarou que deverá lançar uma Medida Provisória para mudar o caráter da empresa e extinguir o Conselho Curador, sem qualquer debate público. O Ministro das Cidades Bruno Araújo ameaçou barrar a construção de 11.250 unidades habitacionais do programa Minha Casa, Minha Vida através da revogação de duas portarias que ampliavam os recursos. Mas após fortes protestos dos movimentos sociais, o governo foi obrigado a recuar dos cortes.

Além de todas essas ameaças aos direitos da população brasileira, Dilma também criticou o PDC 395/2016 (Projeto de Decreto Legislativo de Sustação de Atos Normativos do Poder executivo), que tem como objetivo anular o Decreto nº 8.727, assinado em 28 de abril de 2016 pela presidenta. O decreto possibilita que pessoas travestis e transexuais possam usar e ser reconhecidas pelo nome social, tendo

sua identidade de gênero respeitada, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. A presidenta destacou a importância do decreto, fruto da luta histórica de travestis e transexuais no país. O PDC foi encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara para avaliação.

“Nós temos que nos sentir menos seguras, menos garantidas, quando um governo não é capaz de colocar uma representação da maioria da população desse país no seu primeiro escalão”, analisa Dilma. Segundo a presidenta, a composição ministerial de Temer não representa a diversidade do nosso país, uma vez que não inclui mulheres, pessoas negras ou LGBT’s.

A deputada federal Jandira Feghali (PCdoB-RJ) também esteve presente na Marcha, e questionou os apoiadores do golpe em sua fala. “Cadê as panelas, que pararam de bater? Não era para combater a corrupção? Então cadê aquelas panelas, que nunca estiveram vazias?”, perguntou. O áudio da conversa entre o ministro do Planejamento afastado, Romero Jucá (PMDB), e o ex-presidente da Transpetro Sérgio Machado, indica que a articulação do golpe teve como principal motivação interromper o andamento das investigações da Operação Lava Jato. A deputada federal pelo PCdoB também reforçou que o caminho para reverter os retrocessos e garantir a democracia continua sendo a luta. “Nós não vamos aceitar o governo de Cunha e Temer. São usurpadores, ilegítimos. São golpistas que articularam uma confraria para roubar esse país”.



Lucas Oliveira
@Spklucas

"A Anatel recomenda jogos que não usam a internet"



(quase) tudo verdade
@ TudoBerkeley

"Este é o telefone que o presidente da Anatel recomenda pra você usar"



luscas
@ Luscas

"Anatel recomenda jogos que não usam internet"



lágrima do serrado
@ Perigulosidade

"Anatel recomenda jogos que não usam internet e mantém os jovens disciplinados"



O presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) João Rezende se posicionou mais uma vez em apoio à implementação do sistema de franquias de dados para a Internet fixa, na audiência pública realizada na Câmara dos Deputados no dia 8 de junho. Esse modelo tem sido defendido pelas empresas de telecomunicações, e é alvo de duras críticas por parte dos usuários. Diante do impasse, a agência decidiu lançar uma consulta pública sobre o tema. O processo deve durar 60 dias, e incluirá "reuniões públicas com diversas entidades e especialistas, com o objetivo de reunir subsídios para futura deliberação do Conselho Diretor a respeito do assunto", segundo o comunicado do órgão.

Em abril deste ano, a Anatel havia proibido, por tempo indeterminado, que as operadoras de telefonia impusessem limites à banda larga fixa de seus clientes. A decisão foi uma resposta à pressão dos consumidores, que se manifestaram nas redes sociais pelo direito ao acesso livre e universal à Internet.

No dia 8 de abril, o Ministério das Comunicações publicou a Portaria 1455, que permite a implementação de um novo modelo de planos de internet banda larga pelas operadoras de internet fixa. A portaria possibilita, por exemplo, que as empresas ofereçam planos com limites de dados, e não apenas de velocidade. Assim, os consumidores poderiam ter a velocidade da banda larga fixa reduzida ao atingir o limite de dados contratados no plano, ou até mesmo receber uma cobrança pelos dados excedentes, como acontece hoje na internet móvel.

A medida vai contra o Marco Civil da Internet, em vigor desde 2014, que garante a neutralidade na rede. O Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) define neutralidade como "o princípio que determina que todos sejam tratados com igualdade, sem que haja benefício para uns e não para outros na hora de navegar ou que haja li-

Presidente da Anatel defende limite à banda larga fixa no país

A Agência Nacional de Telecomunicações lançou uma consulta pública sobre a adoção do sistema de franquias de dados para Internet fixa, mas demonstrou apoio às empresas de telecomunicações

QUANTO GASTA?

Saiba quantos Gbytes cada atividade consome

Casa com 3 usuários intensos (4h30)	Serviços	Casa com 3 usuários moderados (2h30)
1h/dia	Youtube	30m/dia
3h/dia	WhatsApp e similares	1h30/dia
Fasto médio 288GB/mês	Uso comum da internet	Fasto médio 240,5GB/mês
3h/dia	Sportify e similares	1h30/dia
3h/dia	Netflix	2h/dia
2/mês	Jogos de Xbox One baixados	1/mês
1h/dia	Instagram e similares	30min/dia
3h/dia	Facebook e similares	1h30/dia
2	Jogos de Xbox One baixados	1

1 Gbyte = 1.024 Mbyte e 1 Mbyte = 1.024 Kbyte Fonte: Proteste

mitação para clientes específicos".

LIMITAR A INTERNET É ILEGAL?

O presidente da Anatel, João Rezende, não considera que o uso de franquias para a Internet fixa viole a regulamentação do setor. "A Anatel não proíbe esse modelo de negócios, que prevê cobrança adicional tanto pela ve-

locidade como pelos dados. Acreditamos que esse é um pilar importante do sistema, é importante que haja certas garantias para que não haja desestímulo aos investimentos". Em entrevista para o jornal *Folha de São Paulo*, Rezende afirmou que não há mais possibilidade para que as operadoras de banda larga fixa ofereçam serviços sem uma limita-

ção, o que obrigará o segmento a migrar para o modelo de franquias, semelhante aos serviços de internet móvel. Para o presidente da Anatel, a era da internet ilimitada no Brasil acabou, e "essa questão do 'infinito' acabou educando mal o usuário".

No entanto, a medida foi questionada por instituições de defesa do consumidor, como o Idec, que ingressou com uma Ação Civil Pública contra os maiores provedores de internet do Brasil para barrar a fixação de limite de tráfego de dados nos serviços de banda larga fixa. A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) também se posicionou em relação ao caso, enviando um ofício que questiona a Anatel sobre a adoção da medida. Além disso, o Conselho Pleno da entidade aprovou no dia 7 de junho a adoção de medidas que busquem o afastamento do presidente da Anatel e impeçam a criação de franquias e limitação dos dados em planos de internet banda larga. A OAB também estuda pedir o fim dos limites de franquia na rede de telefonia celular.

INTERESSES EM JOGO

Jonas Valente, membro do Intervenções - Coletivo Brasil de Comunicação Social, avalia que as tentativas de limitar a banda larga no Brasil têm motivação econômica, e são uma resposta a novos modelos de negócio que utilizam a Internet. Ele cita os serviços de streaming, como Netflix e Spotify, como essenciais nessa análise. "O que as operadoras de telecomunicações querem fazer é, por meio de um cartel, acabar com esses novos serviços que estão surgindo", afirma. Além disso, as mídias alternativas também serão gravemente ameaçadas caso a limitação se concretize. "Falar hoje em franquia da banda larga fixa é falar no Brasil andar pra trás, violar o direito à informação das pessoas e criar uma ameaça grave pra todas as formas de comunicação alternativa que se utilizam da Internet", comenta.

“Mas o país não estava quebrado, Temer?”

Jornalista Fernando Brito critica o empenho do governo interino de Michel Temer na aprovação de reajuste de servidores

Fonte: Brasil de Fato

Não se discute que os servidores públicos precisam de reajuste em seus vencimentos.

Porém, quem examinar mais detalhadamente o pacote aprovado ontem verá que os maiores reajustes será dados aos servidores das chamadas "carreiras de Estado", a começar pelo aumento dado aos ministros do Supremo Tribunal Federal, que se reflete de forma exponencial nas despesas, com dezenas de grupos funcionais aos quais vincula a remuneração. E claro, os penduricalhos que esta gente sabe se conceder.



Brasil de Fato

O presidente interino Michel Temer é criticado por reajuste dos servidores

A matéria registra que "nos bastidores, o argumento é que o fortalecimento político de Temer com o funcionalismo, principalmente com suas

cúpulas, compensa o desfalque bilionário nos cofres públicos."

É curioso que isso seja, também, a primeira medida concreta do governo

golpista, justamente no momento em que se acusa de "rombo" e "orgia de gastos públicos" a administração afastada.

Em alguns setores é, de fato, escandalosa a despesa. Mas isso está longe de ser com o pessoal que, efetivamente, toca a máquina.

O repórter Fábio Vasconcellos, de *O Globo*, volta a mostrar que o Judiciário Brasileiro custa quatro vezes mais que o da Alemanha, ou dez vezes mais que o da Inglaterra, dos EUA ou da Argentina. Absurdos remuneratórios para um país como o nosso e inchaços provocados por uma "judicialização de tudo" da vida brasileira o explicam.

Lá embaixo, reproduzo o gráfico que Fábio elaborou. Olhe-o pensando no que dizem estes senhores diante da ideia de desvincular dos patamares constitucionais e, na prática, reduzir os gastos com educação e saúde.

Por Fernando Brito

Câmara aprova 14 projetos de reajuste salarial de carreiras dos três poderes

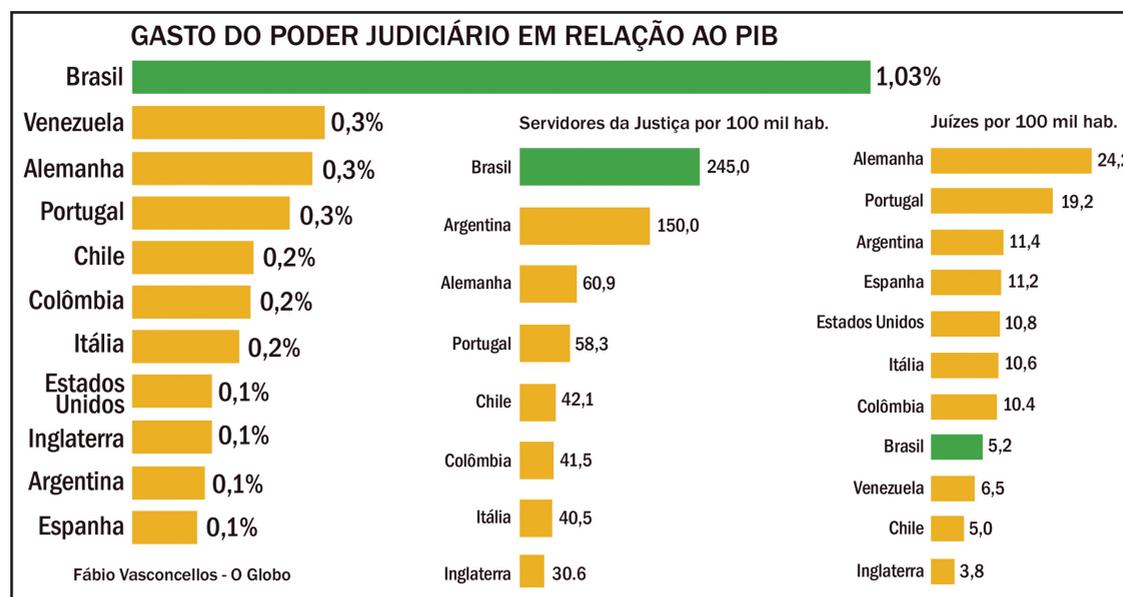
O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou, entre a noite desta quarta-feira (1º) e a madrugada de quinta-feira (2), 14 projetos de lei com recuperação salarial para diversas categorias dos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário).

Esses reajustes foram negociados desde 2015 com o governo da presidente Dilma Rousseff, agora afastada devido ao processo de impeachment, mas foram assumidos pelo presidente interino Michel Temer.

O único projeto que ficou para depois é o PL 7922/14, da Defensoria Pública da União, que estrutura carreiras do órgão. A retirada foi a pedido da própria DPU.

A maior parte dos projetos precisa passar ainda por votação no Senado. O único projeto que irá à sanção é justamente o que aumenta a remuneração dos servidores daquela Casa (PL 4244/15), pois já foi votado lá e não teve mudanças na Câmara.

Com o aumento do subsídio dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), que chegará a R\$ 39.293,38 em 2017, esse será o novo teto de remuneração do funcionalismo público.



DEBATES EM PLENÁRIO

Os líderes partidários declararam apoio ao reajuste. "Os compromissos já estão na LDO [Lei de Diretrizes Orçamentárias] e no Orçamento de 2016. Vamos fazer o que negociamos em 2015 [no governo Dilma]", declarou o líder da Minoria, deputado José Guimarães (PT-CE).

Já o líder do PMDB, deputado Baleia Rossi (SP), ressaltou que o

mérito da votação é do presidente interino Michel Temer, não de Dilma. "Os funcionários públicos estavam sendo enrolados e, agora, terão os aumentos aprovados", disse.

Foram aprovados os seguintes projetos de lei:

- PL 6697/09 (Ministério Público da União)
- PL 2646/15 (Supremo Tribunal Federal)

- PL 2647/15 (Procuradoria-Geral da República)

- PL 2648/15 (servidores do Judiciário)

- PL 2742/15 (Câmara dos Deputados)

- PL 2743/15 (Tribunal de Contas da União)

- PL 2747/15 (defensor público-geral federal)

- PL 4244/15 (Senado Federal)

- PL 4250/15 (servidores de diversas carreiras do Executivo)

- PL 4251/15 (carreiras da educação)

- PL 4252/15 (Fiocruz, INPI, Inmetro e outras carreiras federais)

- PL 4253/15 (servidores de ex-territórios)

- PL 4254/15 (diversas carreiras, inclusive honorários de sucumbência para AGU)

- PL 4255/15 (Forças Armadas)

Fonte: Agência Câmara

Fisenge faz doações a projeto comunitário no Morro do Preventório

Foto: Fisenge

Organização Paiol Cultural promove oficinas de comunicação popular

Fonte: Fisenge

No último dia 9/6, a Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros (Fisenge) doou equipamentos de informática para a organização Paiol Cultural, que promove oficinas de comunicação popular a jovens e crianças do Morro do Preventório, em Niterói. Entre os equipamentos estavam notebook e impressora, que serão usados na produção do jornal comunitário "Ainda Não Pensei".

A coordenadora do Paiol Cultural, Jéssica Santos, conta que o jornal surgiu a partir de uma oficina de comunicação comunitária promovida pela organização. "Desde então, a Paiol orienta a produção da publicação, e as doações da Fisenge vão contribuir diretamente para este e outros projetos", afirmou.

Karina Correa, de 19 anos, é estudante e faz parte da equipe do jornal (foto abaixo). Segundo ela, o "Ainda Não Pensei" procura informar os moradores sobre acontecimentos positivos na comunidade, despertando a população para pensar e refletir sobre assuntos novos, por isso o nome. A equipe de jovens e crianças se reúne regularmente para elaborar as edições e pensar em formas de arrecadar recursos para a impressão, como a realização de bazares. "As três edições que já



Paiol Cultural promove oficinas de comunicação popular a jovens e crianças do Morro do Preventório, em Niterói



O "Ainda não pensei" procura informar os moradores sobre os acontecimentos positivos da comunidade.

Karina Correa, estudante de 19 anos é integrante da equipe do jornal

fizemos foram utilizando celular e computador emprestado, o que dificulta muito. Mas, como queríamos muito um jornal feito por nós, na nossa comunidade, sempre demos um jeitinho. Com os equipamentos, teremos mais facilidade para escrever as matérias e transcrever as entrevistas", contou ela.

"O que possibilita a gente respirar e viver um pouco melhor dentro de um local onde a saúde é precária, a violência é extrema, principalmente a violência trazida pelo próprio poder público, é que

as pessoas se comuniquem, que a informação circule. Veículos de comunicação dentro de uma comunidade possibilitam que a informação possa chegar e as pessoas possam discutir. Com a informação circulando você tem uma chance muito maior de ser ouvido, de ser escutado" (Robson Melo, da TV Tagarela, na Rocinha. Retirado do livro "Experiências em comunicação popular no Rio de Janeiro ontem e hoje", de Claudia Santiago Gianotti, Núcleo Piratininga de Comunicação/Fundação Rosa Luxemburgo, 2016)



Senge-RJ

SINDICATO DOS ENGENHEIROS
NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 277 - grupos 801 - 8º and. e 1.703 - 17º and.
Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20040-009
Tel: (0 XX 21) 3505-0707 Endereço: www.sengerj.org.br
Correio eletrônico: secretaria@sengerj2.org.br
comunicacao@sengerj2.org.br